

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, que sofreu algumas alterações, publicado no jornal Valor Econômico em 10 de fevereiro de 2010, por Pedro Ivo Sebba Ramalho, servidor público na carreira de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), onde ocupa atualmente o cargo de adjunto do diretor-presidente, para responder às questões de 1 a 5.

A Anvisa surgiu para ocupar o lugar da antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde em um momento que houve agravamento da crise de confiança na vigilância sanitária, ao final da década de 1990, quando se noticiava a circulação de grande volume de medicamentos falsificados no país. Foi criada logo após as três primeiras agências - Aneel, Anatel e ANP - e é considerada uma agência de segunda geração, pois atua na regulação social. Apesar das diferenças nos processos políticos de criação e da diversidade de desenhos institucionais, as agências reguladoras brasileiras seguem um mesmo modelo geral, fruto do objetivo comum da reforma regulatória, apontado para os mercados do setor da infraestrutura.

Mas, diferentemente do que querem alguns, a regulação estatal da economia não se destina somente à promoção do desenvolvimento e ao fomento ao crescimento econômico, obtido por meio da necessária criação de ambiente regulatório estável para os negócios e investimentos no país. Destina-se, também, à correção das falhas de mercado para garantir segurança e bem-estar à população. No setor de saúde, as principais falhas de mercado são a assimetria de informação, a imprevisibilidade dos problemas de saúde e as externalidades negativas (consequências não esperadas ou previstas pelo consumidor). Todas essas falhas são observadas pela Anvisa em sua atuação regulatória.

Ora, lembre-se que a economia da regulação se subdivide, classicamente, em três grandes temas: a política antitruste; a regulação econômica (que geralmente envolve monopólio natural e economias de escala); e a regulação não econômica. Nesse último caso, o Estado intervém com vista a prevenir, reduzir ou remediar danos sociais decorrentes dos riscos gerados no processo de produção e consumo. São os evidentes casos do setor saúde e do meio ambiente funções tipicamente desempenhadas pela vigilância sanitária, ao longo do tempo e cada vez mais, se enquadram de maneira coerente com essas atividades regulatórias estatais. (...)

Diferentemente das outras agências reguladoras, a Anvisa atua não em um setor específico da economia, mas em todos os setores relacionados a produtos e serviços que podem afetar a saúde da população brasileira. Outra singularidade da Anvisa é sua competência tanto na regulação econômica do mercado (definição de preços e monitoramento do mercado) quanto na regulação sanitária (registros de medicamentos, por exemplo). Desempenha, assim, função intrinsecamente relacionada à mediação entre produtores e consumidores, tendo em vista que o uso de produtos e serviços por ela regulados pode causar graves efeitos à saúde da população, de forma abrangente.

A definição corrente de vigilância sanitária no Brasil é eminentemente legal. Ela recebeu tratamento direto na Constituição, que dispôs várias ações de sua competência no artigo 200 (atribuições do Sistema Único de Saúde). O conceito de vigilância sanitária contido na Lei nº 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) ainda confere a esse campo um caráter abrangente de gerenciamento do risco (eliminar, diminuir ou prevenir riscos) que vai do controle de bens e serviços (direta ou indiretamente relacionados à saúde) à intervenção nos ambientes, processos e estabelecimentos. Tudo para garantir saúde e qualidade de vida à população.

Além de seu reconhecimento como uma das mais antigas práticas da saúde pública (o Código de Hamurabi e o Antigo Testamento contêm normas sobre a saúde, incluindo sanções), as ações de vigilância sanitária são historicamente inerentes ao papel do Estado de zelar pela saúde da população. A vigilância sanitária interfere, quer se queira ou não, na vida de todos, pois sua função reguladora obriga os particulares a se submeterem à supremacia do interesse público sobre o privado, corolário do moderno Estado Democrático de Direito. Daí ser impossível atribuir à Anvisa um papel menor na sociedade, restringindo seu poder regulador à fiscalização, por exemplo.

1. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho: "em um momento **em** que houve agravamento da crise de confiança na vigilância sanitária", do primeiro parágrafo, a supressão da 'preposição destacada é correta gramaticalmente e não implica prejuízo semântico.
- (B) no trecho: "em um momento em que houve, agravamento da crise de confiança na vigilância. sanitária", do primeiro parágrafo, as duas ocorrências da preposição "de" - na primeira, contraída com o artigo "a" - não são resultado de regência nominal.
- (C) no trecho: "quando se **noticiava** a circulação de grande volume de medicamentos falsificados no país.", do primeiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser flexionada da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "noticiavam".
- (D) no trecho: "quando se noticiava a circulação de grande volume de medicamentos falsificados **no país**.", do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser anteposta à expressão "a circulação", sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (E) no trecho: "Foi criada logo após as três primeiras . - agências - Aneel, Anatel e ANP - e é considerada. uma agência de segunda geração", do primeiro parágrafo, é proibido substituir os travessões por vírgulas.

2 Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho: "Apesar das diferenças nos processos políticos de criação", do primeiro parágrafo, a expressão "apesar de", cuja preposição está contraída com o artigo feminino plural "as", tem o mesmo valor semântico de "posto que".
- (B) no trecho: "**Mas**, diferentemente do que querem alguns, a regulação estatal da economia' não se destina", do segundo parágrafo, a substituição da conjunção destacada por "Embora" é correta gramaticalmente e não implicaria prejuízo semântico.
- (C) no trecho: "Mas, diferentemente **do que** querem a alguns, a regulação estatal da economia não se destina", do segundo parágrafo, a expressão destacada tem valor comparativo.
- (D) nos trechos: "a regulação estatal da economia não, **se** destina", do segundo parágrafo, e "lembre-**se** que a economia da regulação se subdivide", do terceiro, as duas ocorrências da palavra destacada não têm a mesma classificação sintática.
- (E) nos trechos: "Destina-se, também, à correção das falhas de mercado **para** garantir segurança e bem-estar à população.", do segundo parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por "afim de".

3. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no penúltimo período do segundo parágrafo, para evitar erro gramatical, devem ser utilizados dois-pontos depois da forma verbal "são" e separar por ponto e vírgula os termos cujos núcleos são "assimetria", "imprevisibilidade" e "externalidades"
- (B) o período "Todas essas falhas são observadas pela Anvisa em sua atuação regulatória.", do segundo parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "A Anvisa observa todas essas falhas em sua atuação regulatória."
- (C) no trecho: "Nesse último caso, o Estado intervém **com vista a** prevenir, reduzir ou remediar danos sociais", do terceiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por "com vistas a".
- (D) no trecho: "prevenir, reduzir ou remediar danos sociais **decorrentes** dos riscos", do terceiro parágrafo, a palavra destacada pode ser flexionada da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "decorrente".
- (E) o trecho "o Estado intervém com vista a prevenir, reduzir ou remediar danos sociais", do terceiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "o Estado intervém com vista a que se previnam, reduzam ou remediem danos sociais".

4. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) o trecho "São os evidentes casos do setor saúde e do meio ambiente.", do terceiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "Tratam-se dos evidentes casos do setor saúde e do meio ambiente." . .
- (B) no trecho: "todos os setores relacionados a produtos e serviços **que podem afetar a saúde da população Brasileira**.", do quarto parágrafo, a oração destacada pode -ser antecedita por uma vírgula, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo" semântico.

- (C) no trecho: "Desempenha, **assim**, função intrinsecamente relacionada à mediação entre produtores e consumidores", do quarto parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por "pois".
- (D) no trecho: "Desempenha, assim, função **intrinsecamente** relacionada à mediação entre produtores e consumidores", do quarto parágrafo, o advérbio destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por "indistintamente".
- (E) o trecho "o uso de produtos e serviços por ela regulados pode causar graves efeitos à saúde", do quarto parágrafo, deve ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "o uso de produtos e serviços por ela regulados podem causar graves efeitos à saúde".

5. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho: "as ações de vigilância sanitária são historicamente **inerentes** ao papel do Estado de zelar pela saúde da população.", do último parágrafo, a palavra destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por "candentes".
- (B) o trecho "são historicamente inerentes ao papel do Estado de zelar pela saúde da população.", do último parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "são historicamente inerentes ao papel do Estado zelar pela saúde da população".
- (C) no trecho: "A vigilância sanitária interfere, **quer se queira ou não**, na vida de todos", do último parágrafo, o fragmento destacado deve ser reescrito da seguinte maneira, de forma a evitar erro gramatical: "quer queira-se ou não".
- (D) no trecho: "sua função reguladora obriga os particulares a se **submeterem** à supremacia do interesse público sobre o privado", do último parágrafo, a forma verbal destacada pode ser flexionada da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "submeter".
- (E) no trecho: "obriga os particulares a se submeterem à supremacia do interesse público sobre o privado, **corolário** do moderno Estado Democrático de Direito.", do último parágrafo, a palavra destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por "característica".

Leia o texto abaixo, que sofreu pequenas adaptações e alterações, extraído da obra Estação Carandiru, de Drauzio Varella, para responder às questões de 6 a 10.

São tantas as situações que se apresentam na cadeia que uma vida é pouco para conhecê-las. Essa lição de humildade dada pelos cadeeiros mais experientes ajudou-me a relaxar e a desenvolver técnicas defensivas para não ser feito de idiota o tempo todo.

A advertência clara do Pedrinho, de que eu não podia contar com meus auxiliares para desmascarar os farsantes, tornou-me mais atento às expressões faciais. Enquanto o doente fala; há que olhá-lo direto nos olhos, mudo, o olhar fixo por uns segundos a. mais após o término de cada frase. Nos momentos de dúvida, deixar cair o silêncio, abaixar a cabeça sobre a ficha médica como se fosse escrever e dar um bote com os olhos na direção dos enfermeiros e quem mais esteja por perto, para surpreender neles as expressões de descrédito.

Com a experiência que a repetição traz, ganhei segurança como médico e espontaneidade no trato com a malandragem. Devagar, aprendi que a cadeia infantiliza o homem e que tratar de presos requer sabedoria pediátrica. Muitas vezes é suficiente deixá-los se queixar ou simplesmente concordar com a intensidade do sofrimento que referem sentir, para aliviá-los. O ar de revolta que muitos traziam para a consulta desaparecia depois que lhes palpava o corpo e auscultava pulmões e coração. No final, não era raro encontrar ternura no olhar deles. A paciência de escutar e o contato do exame físico desarmavam o ladrão.

A comida servida na Casa de Detenção é triste. Depois de alguns dias, não há cristão que consiga digeri-la; a queixa é geral. Os que não têm ganha-pão na própria cadeia ou família para ajudar sofrem. Riquíssima em amido e gordura, a dieta, entretanto, engorda. Obesidade aliada à falta de exercício físico é um dos problemas de saúde na Detenção.

As galerias são lavadas todo final de tarde pelos "faxinas", um grupo de homens que constitui a espinha dorsal da cadeia. Tudo é limpo, ninguém ousa jogar lixo nas áreas internas. É raro ver um xadrez sujo, e, quando acontece, seus ocupantes são chamados de maloqueiros, com desdém. Na Copa de 94, assisti Brasil versus Estados Unidos num xadrez com 25 presos, no pavilhão Dois. Não havia um cisco de pó nos móveis, o chão dava gosto de olhar. Em sistema de rodízio, cada ocupante era responsável pela faxina diária.

6. Assinale a alternativa em que a reescritura do trecho "São tantas as situações que se apresentam na cadeia que uma vida é pouco para conhecê-las.", do primeiro parágrafo, preserva o sentido original do texto e está de acordo com a norma culta.

- (A) Quanto mais situações se apresentam na cadeia, mais uma vida torna-se pouco para conhecê-las.
- (B) Já que uma vida é pouco para conhecer as situações que se apresentam na cadeia, elas são muitas.

- (C) São tantas as situações que se apresentam na cadeia, malgrado uma vida seja pouco para conhecê-las.
- (D) Para conhecer as situações que se apresentam na cadeia, é necessária mais de uma vida.
- (E) Uma vida é pouco para conhecer as situações que * se apresentam na cadeia, porque elas são muitas.

7. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho: "experientes ajudou-me a relaxar e a desenvolver técnicas defensivas para não ser feito de idiota o tempo todo.", do primeiro parágrafo, é obrigatória a ocorrência destacada da preposição "a", que não pode ser suprimida.
- (B) nos trechos: "para não ser feito de idiota o tempo todo.", do primeiro parágrafo, e "A advertência clara do Pedrinho", do segundo, as duas ocorrências da preposição "de" (na segunda, contraída com o artigo "o") têm o mesmo valor semântico.
- (C) no trecho: "A advertência clara do Pedrinho, de que eu não podia contar com meus auxiliares para desmascarar os farsantes", do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "de não poder contar".
- (D) no trecho: "Enquanto o doente fala, há que olhá-lo O direto nos olhos, mudo", do segundo parágrafo, a expressão destacada é equivalente a "é preciso" e, nela, o verbo "haver" é impessoal, sempre flexionado na terceira pessoa do singular.
- (E) no último período do segundo parágrafo, é possível afirmar que, de acordo com a coesão e a coerência do texto, está pressuposta, antes dos verbos "deixar", "abaixar" e "dar", a locução verbal "há que", do período anterior, na frase "há que olhá-lo direto nos olhos".

8. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) nos trechos: "abaixar a cabeça sobre a ficha médica como se fosse escrever", do segundo parágrafo, e "ganhei segurança como médico e espontaneidade no trato", do terceiro, as duas ocorrências da palavra destacada têm o mesmo valor semântico.
- (B) o trecho "a cadeia infantiliza o homem e que tratar de presos requer sabedoria pediátrica.", do terceiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "a cadeia infantiliza o homem e que, ao se tratar de presos, requer sabedoria pediátrica."
- (C) nos trechos: "Muitas vezes é suficiente deixá-los se queixar" e "concordar com a intensidade do sofrimento que referem sentir, para aliviá-los.", do terceiro parágrafo, nas duas ocorrências, o pronome destacado exerce a mesma função sintática e se refere ao mesmo antecedente.
- (D) no trecho: "O ar de revolta que muitos traziam para a consulta desaparecia depois que lhes palpava o corpo", do terceiro parágrafo, nas duas ocorrências destacadas, a palavra "que" tem o mesmo valor semântico e exerce a mesma função sintática.
- (E) no trecho: "depois que lhes palpava o corpo e auscultava pulmões e coração. No final, não era raro encontrar ternura no olhar deles.", do terceiro parágrafo, o pronome e a expressão destacados têm o mesmo valor semântico.

9. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) as seguintes palavras ou expressões, extraídas do „ quarto parágrafo, podem ser utilizadas para demonstrar a hipótese de que o autor do texto utilizou-se de vocabulário informal na redação: "é triste", "não há cristão", "ganha-pão" e "riquíssima".
- (B) o trecho "Depois de alguns dias, não há cristão que consiga digeri-la; a queixa é geral", do quarto parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "Depois de alguns dias, não há cristão que consiga digeri-la, pois a queixa é geral".
- (C) no trecho: "Os que não têm ganha-pão na própria cadeia ou família para ajudar sofrem.", do quarto parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por "Quem".
- (D) no trecho: "Riquíssima em amido e gordura, a dieta, entretanto, engorda", do quarto parágrafo, a primeira expressão destacada tem valor semântico de causa; a segunda, por sua vez, estabelece quebra de expectativa criada entre, de um lado, as afirmações feitas nos períodos anteriores e, de outro, as feitas no período em destaque.
- (E) no trecho: "As galerias são lavadas todo final de tarde pelos faxinas", do quinto parágrafo, a palavra destacada é sinônimo de "faxineiros" e foi grafada entre aspas porque foi utilizada em sentido figurado.

10 Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

(A) o trecho "As galerias são lavadas todo final de tarde t pelos 'faxinas'", do último parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: "Os faxinas lavam as galerias todo o final de tarde".

(B) no trecho: "são lavadas todo final de tarde pelos 'faxinas'", **um grupo** de homens", do ultimo parágrafo, a expressão destacada tem de ser substituída por "grupos", para que haja concordância entre o núcleo do termo "um grupo de homens e "faxinas".

(C) no trecho: "É raro ver um xadrez sujo, e quando acontece, seus ocupantes são chamados de maloqueiros", do último parágrafo, e possível suprimir todas as ocorrências de vírgula, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.

(D) no trecho: "seus ocupantes são chamados de maloqueiros, com **desdém**", do último paragrafo, a palavra destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por "ironia".

(E) o erro de regência verbal cometido no trecho: "Na Copa de 94 assisti Brasil versus Estados Unidos num xadrez com 25 presos", do último parágrafo pode ser utilizado para demonstrar a hipótese de que o autor utilizou-se de vocabulário informal na redação do texto.

MATEMÁTICA / RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere as seguintes funções $f(x) = x^2 - 4x + 4$ e $g(x) = -x + 6x - 5$.

Assinale a alternativa que apresenta a solução da inequação definida por $f(x) \cdot g(x) \leq 0$.

(A) $s = \{x \in \mathbb{R} / x = 2\}$

(B) $s = \{x \in \mathbb{R} / x \leq 1 \text{ ou } x = 2\}$

(C) $s = \{x \in \mathbb{R} / x \leq 1 \text{ ou } x \leq 5 \text{ ou } x = 2\}$

(D) $s = \{x \in \mathbb{R} / x \leq 1 \text{ ou } x \geq 5 \text{ ou } x = 2\}$

(E) $s = \{x \in \mathbb{R} / x \geq 1 \text{ ou } x \leq 5 \text{ ou } x = 2\}$

12. Sabe-se que um tronco de pirâmide tem 6 cm de altura e que suas bases constituem duas regiões quadradas de lados 2cm e 3cm. Assim, o volume deste tronco é

(A) 38 cm^3

(B) 36 cm^3

(C) 18 cm^3

(D) 12 cm^3

(E) 6 cm^3

13 Observe as afirmações abaixo acerca da equação $-9x^2 + 23x - 15 + x^3 = 0$, em que suas raízes estão em PA.

I. Possui uma raiz dupla.

II. Suas raízes são números pares.

III. Suas raízes são números ímpares.

IV. A soma de suas raízes é um número múltiplo de 3.

V. A soma de suas raízes é um número múltiplo de 7.

É correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) III e V, apenas,

(E) IV e V, apenas.

14. Sejam P e H dois eventos independentes com $p(P) = 0,5$ e $p(P \cap H) = 0,2$. Desse modo, $p(H)$ pode ser expresso por

(A) $1/10$

(B) $3/10$

(C) $4/10$

(D) $7/10$

(E) $10/10$

15. A tabela a seguir mostra a variação da cotação do euro no primeiro quadrimestre de um certo ano. Observe.

Mês	Varição
Janeiro	1,08%
Fevereiro	- 0,15%
Março	- 0,89%
Abril	0,2%

Quanto ao comportamento do euro neste período, pode-se afirmar que ele sofreu, aproximadamente, uma

- (A) alta de 0,23%.
- (B) alta de 0,24%.
- (C) alta de 1,28%.
- (D) queda de 1,04%.
- (E) queda de 1,14%.

16. Observe os seguintes anagramas a seguir:

- I. AEALGZ.
- II. AUNAGD.
- III. AOUGREN.
- IV. AAMDARCIN
- V. AUMLEGTAA

Assinale a assertiva que representa aquele que, quando desvendado, não é anagrama de um país.

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V

17. Entre os números 5028, 1331, 3375, 2744 e 4096, assinale a alternativa que apresenta aquele que não foi obtido a partir da mesma relação matemática que os demais.

- (A) 1331.
- (B) 2744.
- (C) 3375.
- (D) 4096.
- (E) 5028.

$\frac{b}{a}$

18. Considere $a = 0,00003$ e $b = 3600000$. Desse modo, $\frac{b}{a}$ vale

- (A) cento e vinte trilhões.
- (B) cento e vinte bilhões.
- (C) um bilhão e duzentos milhões.
- (D) cento e vinte milhões.
- (E) um milhão, cento e vinte mil.

19. Seja p "Ela é alta" e seja q "Ela é charmosa". Se escrevermos a proposição: "Não é verdade que ela é baixa ou não é charmosa" na forma simbólica, usando p e q , teremos

- (A) $p \wedge \sim q$.
- (B) $\sim p \wedge \sim q$.
- (C) $\sim(\sim p \vee q)$.
- (D) $p \vee (\sim p \wedge q)$.
- (E) $\sim(\sim p \vee \sim q)$.

20. Sabe-se que três conjuntos M , N e P são tais que $M \cap N = N \cap P$ e $P \cap M = M$. Para tanto, é condição necessária e suficiente que

- (A) $P = \emptyset$.
- (B) $M = P$.
- (C) $M = P = \emptyset$.
- (D) $M = N = P$.
- (E) $M = N = P = \emptyset$.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. É um programa que expande a capacidade do navegador de Internet em recursos específicos, permitindo, por exemplo, que se toque arquivos de som ou veja filmes em vídeo dentro de uma página de Internet. Com o uso desses programas, os navegadores tornam-se cada vez mais interessantes e capazes de executar recursos cada vez mais elaborados.

O programa descrito acima é um programa do tipo

- (A) aplicativos.
- (B) *plugins*.
- (C) utilitários.
- (D) Sharewares.
- (E) Freewares.

22. Pode-se afirmar que, no Windows XP, a função do Windows Explorer é organizar

- (A) O disco, fazendo apenas cópias dos arquivos.
- (B) apenas a pasta Meu computador, fazendo cópia, exclusão e mudança no local dos arquivos.
- (C) o disco e possibilitar trabalhar com os arquivos fazendo, por exemplo, cópia, exclusão e mudança no local dos arquivos.
- (D) apenas a pasta Meus documentos, fazendo cópia, exclusão e mudança no local dos arquivos.
- (E) o disco, fazendo apenas cópia e mudança no local dos arquivos.

23. Considere as seguintes afirmações a respeito de conceitos relacionados à Internet:

I. o Internet Explorer é o único navegador (browser) que pode ser usado no sistema operacional Windows.

II. *plugins* são aplicativos que acrescentam recursos adicionais para navegadores (browser).

III. um servidor POP3 armazena as mensagens enviadas para um destinatário de e-mail.

IV. hiperlinks são considerados *plugins*, ou seja, são aplicativos que acrescentam recursos adicionais para navegadores (browser).

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

24. No Microsoft Word 2007, existe uma ferramenta que permite copiar os formatos de parágrafo e de caractere de um texto existente para outro sem copiar o texto. Essa ferramenta se chama

- (A) pincel.
- (B) recortar.
- (C) copiar Especial.
- (D) colar Especial.
- (E) copiar estilos.

25. Considere as seguintes afirmações sobre correio eletrônico:

I. *spams* são mensagens indesejadas, como anúncios, propagandas etc.

II. um endereço de e-mail pode ser cadastrado utilizando caracteres especiais, espaços, números etc.

III. um anexo de e-mail pode chegar carregado de vírus que abrem portas, desativam antivírus, deletam arquivos e se multiplicam na rede.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

26. O anexo ao Código de Ética da Agência Nacional de Vigilância Sanitária também dispõe sobre a relação com outras instituições. No trato com as referidas instituições, é estabelecida uma série de

vedações. Assinale a alternativa que não apresenta vedação regulada pelo Código.

- (A) Fica vedado exercer atividade profissional não ética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- (B) Fica vedada a participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou o exercício do comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- (C) Fica vedado prestar informações sobre matéria que não seja da sua competência específica, excetuando-se às que constituam privilégio exclusivo para quem solicita.
- (D) Fica vedado prestar serviços ou aceitar proposta de e trabalho junto aos usuários desta instituição, de natureza eventual ou permanente, ainda que fora de seu horário de expediente desde que os vínculos externos não gerem conflito de interesse.
- (E) Vedação aos atos cujo propósito possa ser substancialmente afetado por informação da qual o servidor tenha conhecimento privilegiado, para fim especulativo ou favorecimento para si ou para outrem.

27. No âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, assinale a alternativa que contempla objetivos éticos que são por ela destacados.

- (A) Criar mecanismo de consulta, destinado a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à correção ética de condutas específicas; dar maior transparência às atividades da Agência.
- (B) Preservar a imagem e a reputação do servidor, cuja conduta esteja de acordo com as normas estabelecidas em seu Código Ético; procurar desvencilhar-se de situações que possam suscitar conflitos, envolvendo interesses público ou privado, ações filantrópicas e atribuições do servidor.
- (C) Tornar claro que o exercício funcional na Anvisa também pressupõe adesão a normas de conduta previstas na Lei de Introdução ao Código Civil; estabelecer as regras de conduta inerentes ao vínculo funcional com a Anvisa.
- (D) Evitar a ocorrência de situações que possam suscitar conflitos, envolvendo interesse privado, ações filantrópicas e atribuições do servidor; remeter às instâncias superiores a realização de consulta, possibilitando o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à correção ética de condutas específicas.
- (E) Estabelecer as regras de conduta inerentes ao vínculo funcional com a Anvisa; inibir o acesso às atividades privativas da Anvisa toda vez que implicarem riscos e impedirem a segurança das investigações.

28. A Anvisa tem por competência coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e desenvolver a política de vigilância sanitária do país, definida pelo Ministério da Saúde e homologada pelo Conselho Nacional de Saúde. Entre o rol de finalidades institucionais, pode-se afirmar que não pertence(m) à instituição a(s) seguinte(s) finalidade(s):

- (A) prezar pela transparência dos atos, o conhecimento como fonte da ação, o espírito de cooperação e o compromisso com os resultados.
- (B) a proteção e a promoção da saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso.
- (C) atuação na promoção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionadas, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras.
- (D) destinar remuneração, vantagem ou presente que não possa ser recusado ou devolvido, ao patrimônio do Ministério da Saúde a fim de que sejam encaminhados à população carente e ao programa Bolsa Família.
- (E) a atuação na regulação sanitária e a promoção do bem-estar social.

29. Deve-se estimular o comportamento ético do servidor público, já que este é de livre adesão. É de bom alvitre atentar que o Código de Ética instituído não acarreta nenhuma responsabilidade administrativa do agente público que violar os seus preceitos. A penalidade prevista nele é a de censura. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta, no rol de proposições, ao menos um comportamento compatível com o serviço público no que tange aos Principais Deveres do Servidor Público.

- (A) O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou/Vantagem de qualquer espécie, para si, familiares aa qualquer pessoa, para o cumprimento da sua lissão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
- (B) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir

qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular; retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; zelar no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; exercer atividade profissional aética.

(C) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular; retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.

(D) Prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; desviar servidor público para atendimento a interesse particular.

(E) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular; retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público.

30 A moralidade da Administração Pública não deve se limitar somente à distinção entre o bem e o mal. O fim perseguido deve ser sempre o bem comum. É dever do Agente Público buscar o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na tentativa de possibilitar a consolidação da moralidade do ato administrativo praticado. Com base nesta proposição, assinale a alternativa que não se encaixa como regra deontológica a ser seguida.

(A) A boa vontade dedicada ao serviço público também é indicativa do esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

(B) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

(C) O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada cidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o engrandecimento da Nação.

(D) Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

(E) A função pública, tida como exercício profissional, não necessariamente é integrada à vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não devem, em princípio, acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. A investigação sempre deve preceder qualquer ato funcional.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31 Fundamentais insertos na Constituição de 1988:

- (A) a independência harmônica entre os Poderes da União.
- (B) a dignidade da pessoa humana.

- (C) exercer o poder por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- (D) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (E) o singularismo político.

32. Assinale a alternativa que apresenta todos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- (A) Construir uma sociedade em que todos são iguais perante a lei; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover a integração regional e o bem de todo cidadão, punindo os delitos e quaisquer outras formas de preconceito.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar o analfabetismo e a pobreza nas grandes cidades; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) Construir uma sociedade em que todos são iguais perante a lei; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover a integração regional e o bem de todo cidadão, punindo os delitos e quaisquer outras formas de preconceito

33. Assinale a alternativa que não compõe os Direitos e Garantias Fundamentais relacionados na Constituição Cidadã.

- (A) A ordem social, que tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (B) O direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (C) A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
- (E) O direito de propriedade.

34. Observe a sentença abaixo.

"É livre a associação profissional ou sindical."

Assinale a alternativa que não se coaduna com o direito acima.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (C) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (D) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- (E) Fica permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

35. Assinale a alternativa que apresenta equivocada proposição relacionada aos poderes constituídos na Constituição de 1988.

- (A) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a 30 (trinta) dias, sob pena de perda do cargo.
- (B) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Compete ao Conselho de Defesa Nacional: opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz; opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- (D) São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar; os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.
- (E) O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

36. Relativamente à organização dos Estados Federados, é correto afirmar que

- (A) são reservadas aos Estados as competências que lhes sejam atribuídas expressamente por esta Constituição.
- (B) o subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, cinquenta por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.
- (C) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) a eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no primeiro domingo de novembro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente.
- (E) os Estados poderão, mediante despachos protocolares específicos, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

37. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades das Administrações Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Com base nesta proposição, assinale a alternativa que não se encaixa como regra a ser seguida.

- (A) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar de seu recebimento.
- (B) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das Administrações Direta e Indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, 6. será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, nas Administrações Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (D) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe apenas de forma indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a município.

38. A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- (A) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; impostos.
- (B) impostos; taxas, em razão do exercício do poder vinculado ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (C) impostos; taxas, em razão do exercício do poder vinculado ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas e particulares.
- (D) impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas e particulares.
- (E) impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização potencial, de serviços específicos e divisíveis, públicos ou particulares, mas prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

39. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- (A) fiscalizar e inspecionar somente alimentos industrializados, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano e animal.
- (B) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- (C) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde, excetuando-se a

participação na produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

(D) incentivar as políticas estaduais de controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos radioativos.

(E) reciclar seus recursos humanos na área de saúde.

40. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Com base nessa proposição, assinale a alternativa que não se encaixa como regra a ser seguida.

(A) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

(B) As ações e serviços públicos constituem um sistema único, organizado. Possui como diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

(C) O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes.

(D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais definidos em suas próprias políticas públicas.

(E) Lei Federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Poderes administrativos são o conjunto de prerrogativas que tem Administração Pública para alcançar os fins almejados pelo Estado. Pode-se afirmar que, entre os poderes administrativos, destacam-se, além do Poder Discricionário, do Poder Vinculado e do Poder Regulamentar, o

(A) Poder Reformador, o Poder Disciplinar e o Poder Posicional.

(B) Poder Hierárquico, o Poder Disciplinar e o Poder de Polícia.

(C) Poder Reformador, o Poder Disciplinar e o Poder de Polícia.

(D) Poder Reformador, o Poder Impositivo e o Poder de Polícia.

(E) Poder Reformador, o Poder Disciplinar e o Poder de Mando.

42. Assinale a alternativa que não se coaduna com as formas e os elementos da Administração Pública brasileira.

(A) A titularidade na prestação de um serviço público é transferível, isto é, pode sair das mãos da Administração. O que também é transferido aos particulares é a execução do serviço público.

(B) O serviço público é prestado de acordo com regras de direito público, independentemente de quem esteja à frente da execução, pois tais regras são as únicas capazes de preservar o interesse da coletividade.

(C) Segundo o princípio da continuidade da prestação do serviço público, a execução do serviço público, em regra, não pode ser interrompida. Assim, a greve dos servidores públicos não pode implicar paralisação total da atividade, caso contrário será inconstitucional.

(D) Sendo o Poder Público titular do serviço público, pode estabelecer regras para a execução do serviço público, ou seja, pode aplicar sanções; pode retomar o serviço por interesse público; pode retomar quando mal utilizado.

(E) A descentralização é uma forma de transferir a execução de um serviço público para terceiros, que se encontram dentro ou fora da Administração. Já a desconcentração é uma forma de se transferir a execução de um serviço público de um órgão para outro dentro da Administração Direta (também pode ocorrer transferência de competência dentro do mesmo órgão). Assim, a diferença está na amplitude da transferência.

43. Os princípios constitucionais incidem não apenas sobre os órgãos que integram a estrutura central do Estado, incluindo-se aqui os pertencentes aos três Poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), mas também de preceitos genéricos igualmente dirigidos aos entes que em nosso país integram a denominada Administração Indireta, ou seja, autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais ou estatais. Assinale a alternativa que enfeixa os princípios constitucionais da Administração Pública.

(A) O princípio da legalidade, o princípio da austeridade, o princípio da moralidade, o princípio da publicidade e o princípio da eficiência.

(B) O princípio da legalidade, o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, o princípio da

publicidade e o princípio da austeridade.

(C) O princípio da legalidade, o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, o princípio da publicidade e o princípio da transparência.

(D) O princípio da legalidade, o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, o princípio da alteridade e o princípio da eficiência.

(E) O princípio da legalidade, o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, o princípio da publicidade e o princípio da eficiência.

44. Forma de governo é o nome dado a instituições políticas que são utilizadas para determinar a maneira de administrar uma nação. Cada instituição política busca o poder político, bem como o seu exercício. Assinale a alternativa que apresenta as formas de governar uma nação por instituições políticas.

(A) **Anarquismo:** forma política que objetiva abolir o capitalismo para que o Estado seja ausente. "Defende a liberdade e a ausência de leis; **República:** forma política que designa um representante para que, se eleito pelo povo, assuma o mais alto cargo do Poder Executivo; **Monarquia:** forma política que tem o rei como chefe máximo de Estado. Normalmente, o chefe de Estado recebe o cargo como herança, ou seja, o trono é passado de pai para filho ou, em casos de não haver um herdeiro legítimo, é passado para o parente mais próximo; **Alquimia:** forma política utilizada por alguns grupos que dominam a cultura, a política e a sociedade do país. Normalmente, dominam tais fatores em prol de seus próprios interesses; **Demagogia:** forma política que consiste em levar o povo a confiar em falsas promessas e situações que, na realidade, não podem ser postas em prática; **Tirania:** forma política utilizada por pessoas sem limites de poder. Normalmente, utilizam-se ameaças e violência como formas de reprimir a sociedade e fazer com que as imposições sejam aceitas.

(B) **Anarquismo:** forma política que objetiva abolir o capitalismo para que o Estado seja ausente. Defende a liberdade e a ausência de leis; **República:** forma política que designa um representante para que, se eleito pelo povo, assuma o mais alto cargo do Poder Executivo; **Monarquia:** forma política que tem o rei como chefe máximo de Estado. Normalmente, o chefe de Estado recebe o cargo como herança, ou seja, o trono é passado de pai para filho ou, em casos de não haver um herdeiro legítimo, é passado para o parente mais próximo; **Oligarquia:** forma política utilizada por alguns grupos que dominam a cultura, a política e a sociedade do país. Normalmente, dominam tais fatores em prol de seus próprios interesses; **Demagogia:** forma política que consiste em levar o povo a confiar em falsas promessas e situações que, na realidade, não podem ser postas em prática; **Tipofargia:** forma política utilizada por pessoas sem limites de poder. Normalmente, utilizam-se ameaças e violência como formas de reprimir a sociedade e fazer com que as imposições sejam aceitas.

(C) **Anarquismo:** forma política que objetiva abolir o capitalismo para que o Estado seja ausente. Defende a liberdade e a ausência de leis; **República:** forma política que designa um representante para que, se eleito pelo povo, assuma o mais alto cargo do Poder Executivo; **Monarquia:** forma política que tem o rei como chefe máximo de Estado. Normalmente, o chefe de Estado recebe o cargo como herança, ou seja, o trono é passado de pai para filho ou, em casos de não haver um herdeiro legítimo, é passado para o parente mais próximo; **Ouriversaria:** forma política utilizada por alguns grupos que dominam a cultura, a política e a sociedade do país. Normalmente, dominam tais fatores em prol de seus próprios interesses; **Demagogia:** forma política que consiste em levar o povo a confiar em falsas promessas e situações que, na realidade, não podem ser postas em prática; **Tirania:** forma política utilizada por pessoas sem limites de poder. Normalmente, utilizam-se ameaças e violência como formas de reprimir a sociedade e fazer com que as imposições sejam aceitas.

(D) **Anarquismo:** forma política que objetiva abolir o capitalismo para que o Estado seja ausente. Defende a liberdade e a ausência de leis; **República:** forma política que designa um representante para que, se eleito pelo povo, assuma o mais alto cargo do Poder Executivo; **Monarquia:** forma política que tem o rei como chefe máximo de Estado. Normalmente, o chefe de Estado recebe o cargo como herança, ou seja, o trono é passado de pai para filho ou, em casos de não haver um herdeiro legítimo, é passado para o parente mais próximo; **Oligarquia:** forma política utilizada por alguns grupos que dominam a cultura, a política e a sociedade do país. Normalmente, dominam tais fatores em prol de seus próprios interesses; **Demagogia:** forma política que consiste em levar o povo a confiar em falsas promessas e situações que, na realidade, não podem ser postas em prática; **Tirania:** forma política utilizada por pessoas sem limites de poder. Normalmente, utilizam-se ameaças e violência como formas de reprimir a sociedade e fazer com que as imposições sejam aceitas.

(E) **Anarquismo:** forma política que objetiva abolir o capitalismo para que o Estado seja ausente. Defende a liberdade e a ausência de leis; **República:** forma política que designa um representante para que, se eleito pelo povo, assuma o mais alto cargo do Poder Executivo; **Monarquia:** forma política que tem o rei como chefe máximo de Estado. Normalmente, o chefe de Estado recebe o cargo como herança, ou seja, o trono é passado de pai para filho ou, em casos de não haver um herdeiro legítimo, é passado para o parente mais próximo; **Oligarquia:** forma política utilizada por alguns grupos que dominam a cultura, a política e a sociedade do país. Normalmente, dominam tais fatores em prol de seus próprios interesses; **Deuterologia:** forma política que consiste em levar o povo a confiar em falsas promessas e situações que, na realidade, não podem ser postas em prática; **Tirania:** forma política utilizada por pessoas sem limites de poder. Normalmente, utilizam-se

ameaças e violência como formas de reprimir a sociedade e fazer com que as imposições sejam aceitas.

45. Assinale a alternativa que apresenta quais elementos do ato administrativo são alcançados pela discricionariedade.

- (A) Objeto e motivo, somente.
- (B) Competência, objeto, motivo, forma e finalidade.
- (C) Forma e finalidade, somente.
- (D) Objeto, motivo e forma, somente.
- (E) Competência e finalidade, somente.

46. São requisitos básicos para investidura em cargo público, além da nacionalidade brasileira,

- (A) o gozo dos direitos civis e da quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade compatível com a média da população; a idade mínima de dezoito anos; e as aptidões física e mental.
- (B) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; e notável saber cultural.
- (C) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; e as aptidões física e mental.
- (D) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade compatível com a média da população; a idade mínima de dezesseis anos; e as aptidões física e mental.
- (E) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezesseis anos; e notável saber cultural.

47. O Poder Público pode realizar centralizadamente seus próprios serviços, por meio dos órgãos da Administração Direta, ou prestá-los descentralizadamente, através das entidades autárquicas, fundacionais e empresas estatais que integram a Administração Indireta, ou, ainda, por meio de entes paraestatais de cooperação que não compõem a Administração Direta nem Indireta, e, finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente. Com base nesta proposição, assinale a alternativa **incorreta.**

- (A) Sob a égide da Constituição de 1988, tornou-se inegável a consagração definitiva e expressa da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público, expandindo-se, inclusive, em consonância com construção jurisprudência! que a precedeu, o dever de reparação para os entes privados prestadores de serviços públicos.
- (B) Concessão de serviço público é o instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço.
- (C) Constitui relevante restrição quanto à utilização da concessão, ou mesmo da permissão, diz respeito a certos serviços sociais do Estado, como o ensino e a saúde, que, quando prestados pelo Poder Público, devem obrigatoriamente ser gratuitos. Esses serviços não podem ser objeto de delegação, tendo em vista que esse tipo de contrato só pode ter por objeto atividades de natureza econômica, ou seja, os chamados serviços comerciais e industriais do Estado, financiados pelos usuários do serviço público mediante tarifa.
- (D) O Estado jamais poderia vir a lesar bem juridicamente protegido para satisfazer um interesse público, mediante conduta comissiva legítima e que sequer é perigosa.
- (E) A outorga do serviço em concessão depende de lei que a autoriza. Não pode o Executivo, por simples decisão sua, transferir a terceiros o exercício de atividade tida como peculiar ao Estado, pois, se se trata de um serviço próprio dele, à Administração Pública é quem cabe, em princípio, prestá-lo.

48. A Lei nº 10.871/04 dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras. Com base nesta proposição, assinale a alternativa que não se encaixa como regra a ser seguida.

- (A) Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, a GDAR e a GDATR somente serão devidas, se percebidas há pelo menos 5 (cinco) anos e serão calculadas pela média aritmética dos percentuais de gratificação percebidos nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão, consecutivos ou não.
- (B) Foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR. Neste âmbito, o servidor ativo beneficiário da GDAR que obtiver, na avaliação de desempenho individual, pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da respectiva Agência Reguladora de lotação.
- (C) A promoção e a progressão funcional obedecerão à sistemática da avaliação de desempenho, capacitação e qualificação funcionais, conforme disposto em regulamento específico de cada autarquia especial denominada Agência Reguladora.
- (D) O desenvolvimento do servidor nos cargos das Carreiras referidas na Lei que dispõe sobre a criação de

carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras obedecerá aos princípios: da anualidade; da competência e qualificação profissional; da existência de previsão orçamentária.

(E) Carreira, para efeitos legais, é o conjunto de classes de cargos de mesma profissão, natureza do trabalho ou atividade, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade inerentes a suas atribuições.

49. Ato administrativo é a declaração jurídica do Estado ou de quem lhe faça às vezes, no exercício de prerrogativas públicas, praticada enquanto comando complementar de lei e sempre passível de reapreciação pelo Poder Judiciário. Com base nesta proposição, assinale a alternativa incorreta.

(A) O ato administrativo só pode ser praticado pelo Estado. Este tem o dever de executá-lo como Estado. Portanto, o ato administrativo é identificado por características próprias e não pelas pessoas que o executam.

(B) Declaração jurídica é a declaração que produz efeitos no mundo jurídico.

(C) Lei, nos atos administrativos, refere-se ao conjunto de normas abstratas que tiram seu fundamento direto da Constituição Federal. Assim, o ato administrativo é aquele praticado enquanto comando complementar de Lei Ordinária, Lei Complementar, Lei Delegada etc.

(D) Atos da Administração são aqueles praticados pelos órgãos ou pessoas vinculadas à estrutura do Poder Executivo. Assim, o conjunto formado pelos atos da Administração é um e o conjunto formado pelos atos administrativos é outro, isto é, há atos da Administração que não são atos administrativos e outros que são atos administrativos. E há atos administrativos que são da Administração e outros que não são.

(E) Pode acontecer de um ato administrativo existir, ser válido, mas ser ineficaz (seus efeitos serem inibidos): quando o ato administrativo é submetido a uma condição suspensiva (fato futuro e incerto que o suspende); a um termo inicial (subordinado a um fato futuro e certo) ou à prática ou edição de outro ato jurídico que condiciona os seus efeitos.

50. As Agências Reguladoras terão suas relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, e legislação trabalhista correlata, em regime de emprego público. Acerca deste assunto, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os regulamentos próprios das Agências referidos na lei que dispõe sobre a Gestão de Recursos Humanos das Agências Reguladoras serão aprovados por decisão da instância de deliberação superior de cada Autarquia, com ampla divulgação interna e publicação no Diário Oficial da União.

(B) As Agências serão dirigidas em regime de colegiado, por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, mas sem a nomeação de Presidente ou de Diretor-Geral ou, ainda, de Diretor-Presidente.

(C) O concurso público será estabelecido em edital de cada Agência, podendo ser constituído das seguintes etapas: provas escritas; provas orais; e provas de título.

(D) As Agências Reguladoras já instaladas poderão, em caráter excepcional, prorrogar os contratos de trabalho temporários em vigor, por prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses além daqueles previstos na legislação vigente, a partir do vencimento de cada contrato de trabalho.

(E) O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

NOÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA

51. Sobre a diferenciação dos termos relacionados à Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica descritos na Lei nº 8.080/1990, pode-se afirmar que

I. a análise de dados sobre ocorrência de doenças e sua distribuição geográfica é papel exclusivo da Vigilância Sanitária.

II. a análise de dados sobre grupos populacionais de alto risco a contrair determinada doença é papel da Vigilância Sanitária.

III as ações que previnem os riscos à saúde é papel da Vigilância Sanitária.

IV. as ações de fiscalização sobre bens que se relacionem diretamente com a saúde populacional é papel da Vigilância Epidemiológica.

É correto o que se apresenta em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) IV, apenas.

(E) III e IV, apenas.

52. Secretaria Municipal de Saúde de uma cidade efetua os exames de Análises Clínicas em um laboratório particular. Essa medida estará dentro da legalidade se

- (A) as disponibilidades do serviço público forem insuficientes para garantia da cobertura assistencial à população local.
- (B) esse laboratório for gerido por entidade filantrópica, exclusivamente.
- (C) esse laboratório conceder benefícios monetários à Secretaria Municipal de Saúde local.
- (D) esse laboratório for gerido por instituição estrangeira.
- (E) o laboratório for gerido por entidade estrangeira consorciada entre municípios vizinhos.

53. Foi elaborada uma proposta de ampliação da rede coletora de esgotos de uma cidade. Quanto a essa ação, pode-se afirmar que

- (A) não compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) a atuação ou participação nos programas de saneamento.
- (B) é prioridade exclusiva do SUS participar de forma prioritária e majoritária nas políticas de saneamento.
- (C) as competências do SUS, junto às ações de saneamento, restringem-se às ações de controle de resíduos sólidos e não ao gerenciamento de recursos hídricos.
- (D) é de exclusividade das Secretarias Municipais de Assistência Social.
- (E) à Direção Nacional do SUS compete a participação na formulação e implantação de políticas de saneamento básico.

54. As estratégias, as políticas e definição de metas do Sistema de Vigilância Sanitária são competências da(s)

- (A) Secretarias Municipais de Saúde.
- (B) Secretarias Estaduais de Saúde.
- (C) Direção Nacional do Sistema Único de Saúde.
- (D) Direção Estadual do Sistema Único de Saúde.
- (E) Direção Municipal do Sistema Único de Saúde.

55. J. S. é funcionária da Anvisa e ocupa um cargo de chefia. Ela trabalha meio período e está sendo cotada também para fornecer assessoramento em outra área técnica. Pode-se afirmar que a atuação de J. S. é

- (A) legal, visto que não há normas relacionadas à jornada de trabalho para cargos de chefia no âmbito do SUS.
- (B) legal, visto que J. S. irá acumular dois cargos.
- (C) ilegal, pois ela não poderá acumular dois cargos em mais de um estabelecimento do SUS.
- (D) ilegal pois cargos de chefia e assessoramento devem ter carga horária integral de trabalho.
- (E) legal, dentro do previsto pela Lei nº 8.080 de 1990 nas competências administrativas do SUS.

56. São competências de caráter ambiental da Anvisa:

- I. estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde.
- II. estabelecer, coordenar e monitorar os sistemas de vigilância toxicológica e farmacológica.
- III. conceder registros de produtos segundo as normas de sua área de atuação.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

57. Um importador de charutos quer colocar uma nova marca no mercado nacional, para isso, ele deve

- (A) receber autorização da Vigilância Epidemiológica, pois fumíferos são fatores de risco a doenças crônicas.
- (B) receber autorização da Vigilância Epidemiológica, pois fumíferos são bens de consumo que podem implicar malefícios à saúde.
- (C) receber somente autorização dos órgãos de importação, pois cigarros e similares não precisam ser submetidos às regras sanitárias.
- (D) receber autorização de órgãos submetidos exclusivamente às localidades de comercialização.
- (E) receber autorização de órgão de Vigilância Sanitária, visto que fumíferos devem ser submetidos ao controle sanitário.

58. Um laboratório desenvolve um modelo de vacina para uma doença infecciosa de alta virulência. Se for feita por Engenharia Genética, essa vacina deve passar por aval da Vigilância Sanitária?

- (A) Não, pois seria um produto de cunho profilático, sendo dispensado de testes ou autorização pela Anvisa.
- (B) Não, pois vacinas não seguem as regras dos medicamentos que são obrigados a terem aval de comercialização pela Anvisa.

- (C) Sim pois qualquer produto obtido por Engenharia Genética que possa impactar na saúde humana deve passar por aval da Anvisa.
- (D) Sim, pois a Anvisa deve reger apenas a política de distribuição pública.
- (E) Não, pois vacinas são feitas sempre em caráter emergencial.

59. Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Anvisa e atribuições desse serviço:

- I. controle sobre alimentos e cosméticos e ações de fiscalização.
- II. controle sobre medicamentos veterinários e ações de fiscalização.
- III. controle sobre agrotóxicos e ações de fiscalização sobre venda desses produtos.
- IV. controle de insumos laboratoriais e controle de número de casos de doenças como dengue e HIV/AIDS.

É correto o que se apresenta em

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II e III apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

60. O produto de arrecadações das receitas e das multas resultantes de ações fiscalizadoras da Anvisa tem como destino

- (A) ampliar a arrecadação fazendária, sendo distribuído para ações sociais.
- (B) ampliaria arrecadação estadual,
- (C) ampliar a arrecadação municipal,
- (D) constituir receita da Anvisa.
- (E) constituir receita do Ministério do Planejamento.

61. Um laboratório farmacêutico quer produzir um medicamento à base de um princípio ativo que ainda está em testes e não apresentou nenhuma comprovação científica de sua ação terapêutica. Segundo a Lei nº 9.782 de 1999, esse procedimento é

- (A) legal, já que a distribuição do medicamento pode resultar em estudos que comprovem sua eficácia.
- (B) legal, já que o conhecimento sobre as ações é baseado no grupo farmacológico e não apenas na eficácia do princípio ativo.
- (C) ilegal, pois não poderá ser registrado o medicamento o que não tenha, em sua composição, substância reconhecidamente benéfica do ponto de vista clínico ou terapêutico.
- (D) ilegal, pois não poderá ser registrado o medicamento que não tenha estudos comprobatórios feitos exclusivamente pela FDA (*Food and Drug Administration*) americana.
- (E) ilegal, sendo que a Anvisa só concede registros após a comercialização dos medicamentos.

62. O Farmacêutico responsável por uma farmácia de manipulação questiona os técnicos da Anvisa sobre o prazo de renovação das taxas de fiscalização de Vigilância Sanitária. Assinale a alternativa que apresenta a resposta, baseada na Lei nº 9.782 de 1999.

- (A) Renovação a cada 2 (dois) anos.
- (B) Renovação a cada 5 (cinco) anos.
- (C) Renovação semestral.
- (D) Renovação a cada 3 (três) anos.
- (E) Renovação anual.

63. Uma proposta de fiscalização sanitária para alimentos de origem animal é elaborada pelo Conselho Consultivo da Anvisa. Nesse caso, o papel regulador é feito somente pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Diante do exposto, pode-se afirmar que essa proposição

- (A) está correta devido à ausência de representante legal do Ministério da Agricultura e Pecuária no Conselho Consultivo da Anvisa.
- (B) está correta, pois segundo a Portaria nº 354/2006 - Regimento Interno da Anvisa, não há a participação de representantes de outros departamentos ministeriais junto ao Conselho Consultivo da Anvisa.
- (C) está errada, pois não há Conselho Consultivo junto às ações da Anvisa.
- (D) está errada, pois segundo a Portaria nº 354/2006 - Regimento Interno da Anvisa, o Ministro do Estado da Agricultura ou representante legal deve compor o Conselho Consultivo da Anvisa.
- (E) está errada, pois no Conselho Consultivo só é aceita a representação popular nas ações e deliberações da Anvisa.

64. São atribuições da equipe de gerência geral de saneantes da Anvisa:

- I. analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes ao registro de

saneantes, para tratamento da água, higienização e desinfecção.

II. estabelecer normas sobre limites de concentração de substâncias utilizadas em produtos saneantes.

III. planejar, coordenar e orientar o Sistema de Vigilância Toxicológica.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

65. Assinale a alternativa que apresenta a denominação dada à decisão expressa para fins normativos ou de intervenções da Anvisa.

- (A) Aresto.
- (B) Decisão de Diretoria Colegiada.
- (C) Consulta Pública.,
- (D) Ata.
- (E) Despacho.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

66. Para seguir as diretrizes da Arquivologia, os arquivos devem ser organizados em submissão à competência e às atividades de sua instituição mantenedora. Assim, os documentos devem manter seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos, não obstante gênero, tipo, suporte ou forma. Esta afirmativa caracteriza um dos princípios abaixo. Assinale-o.

- (A) Organicidade.
- (B) Unicidade.
- (C) Indivisibilidade.
- (D) Cumulatividade.
- (E) Integridade.

67. Acerca da microfilmagem de documentos, é correto afirmar que

- (A) o uso da microfilmagem garante a dispensa de reconhecimento de assinatura ou autenticação dos documentos, produzindo nestes os mesmos efeitos legais que o original.
- (B) é permitida a eliminação de documentos em fase de tramitação e estudo, depois de efetivada a microfilmagem.
- (C) deve ser feita em equipamentos que garantam reprodução fidedigna das informações, sendo permitida a utilização de qualquer microforma.
- (D) deverá ser feita em equipamento que permita a reprodução similar do documento.
- (E) é exigida a microfilmagem de tipos documentais como estatutos e contratos sociais, após o registro do documento.

68. A avaliação é o processo de análise de documentos de arquivo, no qual é estabelecido o prazo de guarda e destinação de acordo com os valores que lhes são atribuídos. Faz parte dos critérios de avaliação:

- (A) estabelecer a relação orgânica dos documentos no conjunto documental.
- (B) determinar a transferência de documentos de valor probatório para o arquivo permanente.
- (C) promover a guarda temporária ou permanente de documentos que estejam na 2ª idade documental.
- (D) definir a ordenação das séries de documentos dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries.
- (E) no arquivo em fase corrente, distinguir os documentos de eventual valor, como também de eliminação sumária.

69. Os documentos passam por três períodos no seu ciclo de vida. No contexto da tradição documental e da teoria das três idades, um documento com fim primário

- (A) torna-se de domínio público e serve como fonte de informação.
- (B) é um documento com baixa frequência de uso no período de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
- (C) tem eliminação sumária quando passa para a 2ª idade documental.
- (D) tem valor administrativo e é objeto de consultas freqüentes por parte do órgão que o constituiu.
- (E) tem valor probatório e serve como prova do passado e fonte de informação.

70. Gestão arquivística de documentos ou "gestão documental"

- (A) são os procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, ao uso e à destinação dos

documentos, não obstante o seu Formato.

(B) trata da fixação de prazo de guarda e da aplicação tabela de temporalidade.

(C) trata do controle de informações e de documentos arquivísticos, independente do suporte que tenha sido recebido e armazenado no formato digital ou eletrônico.

(D) trata do controle de documentos de caráter informativo, administrativo e probatório.

(E) é o gerenciamento de documentos no formato eletrônico através de sistema computacional

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

71. Observe a composição abaixo.

"Trata-se do tempo que é autoimposto e não está sujeito à oposição alguma, pois nem o gestor e nem a organização podem cobrar aquilo que o administrador tinha a intenção de realizar."

Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta um dos tipos de tempo, dentro da gestão do tempo, que um Administrador dispõe.

(A) Tempo discricionário.

(B) Tempo real.

(C) Tempo livre.

(D) Tempo individual.

(E) Tempo imposto pelos subordinados.

72. No que diz respeito a manuais, regulamentos e normas operacionais dentro do processo de administração e gestão de qualidade percebido nas empresas, analise as proposições abaixo.

I. A burocracia está contida dentro dos processos de regulamentos e rotinas.

II. Segundo Karl Marx, a burocracia apresenta algumas características principais, tais como o caráter formal de como se estabelece às comunicações; o caráter legal das normas e regulamentos; e o caráter racional e divisão do trabalho.

III. A burocracia é a organização eficiente por excelência. E, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente, e nos mínimos detalhes, como as coisas deverão ser feitas.

IV. Segundo o conceito popular, a burocracia é visualizada geralmente como uma empresa ou organização em que os serviços se multiplicam e se avolumam, impedindo as soluções rápidas ou eficientes.

É correto o que se afirma em

(A) I, II e IV, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) III e IV, apenas.

73. Considere o seguinte preceito:

"Preza-se por buscar a consecução do melhor resultado possível, devendo atentar-se para os padrões modernos de gestão ou administração, vencendo o peso burocrático, atualizando-se e modernizando-se. Exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Trata-se de uma ideia que se aproxima da economicidade. Visa-se a atingir objetivos traduzidos por boa prestação dos serviços, do modo mais simples, mais rápido e mais econômico, melhorando a relação de custo e de benefício do trabalho da Administração."

Tal preceito refere-se ao seguinte princípio da Administração Pública:

(A) princípio da organização pública.

(B) princípio da eficiência.

(C) princípio dos 5s.

(D) gestão da qualidade.

(E) princípio da organização do tempo.

74. Através deste trabalho, consegue-se ter conclusões sobre os problemas de liquidez da empresa, como a incapacidade de satisfação dos seus compromissos financeiros, e sobre o grau de endividamento de uma empresa. Tal prática é denominada

(A) análise real ou análise de controle.

(B) análise de ativo ou análise líquida.

(C) análise matemática ou score.

- (D) análise administrativa econômica.
- (E) análise financeira ou análise de balanço.

75. Considerando que a Lei n° 9.784/99 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito das Administrações Federais Direta e Indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, analise as assertivas abaixo.

I. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

II. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

III. Quanto ao que trata a comunicação dos atos, a intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à data de comparecimento.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

REDAÇÃO OFICIAL

76. O Manual de Redação da Presidência da República (2ª edição, revista e atualizada, Brasília, 2002) afirma, à p. 5, item 1.2:

"Ressalte-se que há necessariamente uma distância entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica, reflete de forma imediata qualquer alteração de costumes, e pode eventualmente contar com outros elementos que auxiliem a sua compreensão, como os gestos, a entoação etc., para mencionar apenas alguns dos fatores responsáveis por essa distância. Já a língua escrita incorpora mais lentamente as transformações, tem maior vocação para a permanência, e vale-se apenas de si mesma para comunicar.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.

O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do padrão culto da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias lingüísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos."

Com base no trecho acima transcrito, pode-se afirmar que

I. não existe um padrão oficial de linguagem, mas sim o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais.

II. o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais, com preferência pelo uso de determinadas expressões e obediência a certa tradição no emprego das formas sintáticas, implica que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática.

III. o jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

77. A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial, entendendo-se como claro o texto que possibilite imediata compreensão pelo leitor. Concorrem para a obtenção dessa qualidade num texto oficial, além da formalidade, o (a)

- (A) impessoalidade; o emprego do jargão burocrático; a padronização; e a concisão.
- (B) emprego do jargão burocrático; o uso do padrão culto de linguagem; a padronização; e a concisão.

- (C) impessoalidade; o uso do padrão culto de linguagem; o emprego do jargão burocrático; e a concisão.
- (D) impessoalidade; o uso do padrão culto de linguagem; a padronização; e o emprego do jargão burocrático.
- (E) uso do padrão culto de linguagem; a padronização; e a concisão.

78. O vocativo Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo, deve ser dirigido ao Presidente da República, ao(s)

- (A) Vice-Presidente da República e aos Ministros de Estado.
- (B) Presidente do Congresso Nacional e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Governadores de Estado e ao Governador do Distrito Federal.
- (D) Oficiais-Generais das Forças Armadas e aos Embaixadores.
- (E) Governadores de Estado e aos Prefeitos Municipais.

79. Leia as afirmações abaixo.

- I. A diferença entre o aviso e o ofício é que o primeiro é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o segundo é expedido para e pelas demais autoridades.
- II. A diferença entre o aviso e o ofício é que este é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que aquele é expedido para e pelas demais autoridades.
- III. Aviso e ofício têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si.
- IV. O aviso também permite o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública com particulares.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

80. Em relação à exposição de motivos, é correto afirmar que

- (A) nos casos em que o ato proposto for questão de pessoal (nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, remoção, exoneração, demissão, dispensa, disponibilidade, aposentadoria), é necessário o encaminhamento do formulário de anexo à exposição de motivos.
- (B) a síntese do parecer do órgão de assessoramento jurídico dispensa o encaminhamento do parecer completo.
- (C) o tamanho dos campos do anexo à exposição de motivos jamais pode ser alterado de acordo com a extensão dos comentários a serem ali incluídos, o que exige do redator objetividade e concisão.
- (D) é a principal modalidade de comunicação dirigida ao Presidente da República pelos Ministros.
- (E) é obrigatório o encaminhamento de cópia ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário, bem como a publicação no Diário Oficial da União.